OS RESTAUROS REALIZADOS PELO ESTADO NOVO NO DISTRITO DE BRAGA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA ATRAVÉS DA IMPRENSA LOCAL

Pedro Ricardo Coelho de Azevedo
Doutoramento em Desenvolvimento, Sociedades e Territórios na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
CETRAD- Centro de Estudos Trandisciplinares para o Desenvolvimento
pedrodosrc@gmail.com

Os Restauros Realizados pelo Estado Novo no Distrito de Braga: uma abordagem histórica através da imprensa local

Pedro Ricardo Coelho de Azevedo

Historial do artigo:
Recebido a 01 de outubro de 2018
Revisto a 30 de novembro de 2018
Aceite a 07 de dezembro de 2018

RESUMO

Este artigo tem por objetivo demonstrar a importância das obras de restauro promovidas pelo Estado Novo nos monumentos do distrito de Braga, recorrendo a notícias na imprensa local, mais concretamente ao jornal Correio do Minho. É uma fonte privilegiada porque era um jornal associado ao Regime.

Palavras-chave: Património Histórico; Obras Públicas; Restauro; Imprensa Regional

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the importance of restoration works promoted by the Estado Novo in the monuments of the district of, using news in the local press, more specifically to the newspaper Correio do Minho. It is a privileged source because it was a journal associated with the Regime.

Key-words: Historical Heritage; Public Works; Restoration; Regional Press

1.Introdução

As obras de restauro integram um plano abrangente de obras públicas. Além de requalificar e valorizar o património histórico, estas medidas caracterizaram-se, principalmente, por ser um excelente instrumento de propaganda política do Regime.

Perante os periódicos do Correio do Minho existentes no Arquivo Municipal de Braga, através dos seus artigos, conseguimos identificar várias informações como os valores investidos nas obras bem como a importância do restauro. Trata-se de informação «coeva» que permite obter

outros conhecimentos essenciais para a compreensão deste período, pois as notícias exaltam as realizações materiais realizadas pelo Estado Novo no distrito.

O Correio do Minho é um jornal diário bracarense, aliado ao Estado Novo e foi fundado por Álvaro Pipa a 6 de julho de 1926.

Ao longo deste estudo, iremos demonstrar vários artigos que mostram o intervencionismo do Estado, sobretudo em castelos e igrejas. Finalmente, na conclusão, é explicada a importância do restauro dos monumentos.

2.Obras públicas e as políticas económicas

Ultrapassada a crise que ocorreu na década de 20 e alcançou a década 30 do século XX, tornava-se imprescindível estimular a economia, absorvendo o desemprego e fornecer encomendas às indústrias nacionais. Desta forma, Salazar criou uma política de obras públicas, sustentada na solidez do Tesouro e na estabilização financeira, "que permitira promover o progresso" (MARQUES, 1993: 298). A política de obras públicas consistiu na construção de diversas infraestruturas essenciais para o país como: portuária, rodoviária, habitacional, escolar, hospitalar, entre outras áreas.

As políticas económicas aplicadas pelo Estado Novo centraram-se no emprego de um crescimento autossustentado, acompanhando a evolução da economia mundial, ou seja, tinham como "principal objetivo fazer Portugal entrar na época do moderno crescimento económico" (SERRÃO; MARQUES, 1992: 306).

Em 1935, foi aprovada a Lei da Reconstituição Económica (1). Tinha um cariz Fontista e esta lei tinha sido fundamentada ainda durante a Ditadura Militar. Consistia num vasto plano económico, no valor de 6,5 milhões de contos, que tinha duração até 1950 e tinha como objetivo principal "promover a construção de infraestruturas e a criação (...) de sectores industriais considerados estratégicos para a económica nacional" (LAINS et al., 2011: 384), retomando assim o projeto inicial do Fontismo do século XIX. Também possuía outros objetivos tais combater os danos provocados pela Grande Depressão de 1929, como o desemprego, pois o peso da conjuntura internacional está presente na situação nacional, onde o Regime segue os mesmos passos de políticas intervencionistas tomadas nos EUA com o *New Deal*, bem como na Grã-Bretanha. Desta forma, o Intervencionismo carateriza-se por ser uma "política económica adotada pelo Estado, geralmente em períodos de crise, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio económico-social" (ALMEIDA et al., 1996: 112).

Segundo o artigo 1.º da mesma lei, as áreas de aplicação seriam as seguintes: "Viação; Portos comerciais e de pesca; Rede telegráfica e telefónica; Rede elétrica; Hidráulica agrícola, irrigação e povoamento; Edifícios para escolas e outros serviços do Estado; Reparação de monumentos; Urbanização em Lisboa e no Porto; Crédito colonial; Outros fins" (NUNES; VALÉRIO, 1983: 2);

A política de obras públicas foi em certa parte sustentada pelas verbas oriundas da criação do Fundo de Desemprego, em 1932, pelo ministro das Obras Públicas, o Engenheiro Duarte Pacheco. A maior parte das verbas destinava-se às obras públicas, sobretudo aos sectores dos transportes e das comunicações (VIEIRA, 1999: 66). O ministro criou de seguida o Comissariado do Desemprego, "um organismo autónomo no seio do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, que ficaria responsável pelo auxílio aos desempregados" (PIMENTEL, 1999: 477).

Salazar, que desempenhava o cargo de Ministro das Finanças em 1928, procedeu à imediata correção dos desequilíbrios orçamentais oriundos da Ditadura Militar. Através de um acentuado controlo nas contas de todos os ministérios, a partir de 1930 a despesa diminuiu e a receita aumentou. Contudo, entre 1935 e 1940 a despesa aumentou ligeiramente devido aos encargos com os inúmeros investimentos em obras públicas, realizados no âmbito da Lei de Reconstituição Económica, formalizada em 1935.

3.Metodologia

Este estudo centra-se no distrito de Braga, por ser uma região com relevo no panorama nacional, pois daqui «partiu» a Revolução de 28 de maio de 1926.

O período escolhido para a realização deste trabalho centrou-se na seleção das seguintes balizas cronológicas: 1930 e 1945, por ser um período áureo do regime e onde o Estado desempenhou um papel interventivo na economia portuguesa.

Neste trabalho procurou-se estabelecer uma relação direta com as fontes. Sendo assim, a pesquisa foi realizada somente na imprensa de âmbito regional, recorrendo ao jornal Correio do Minho. O Correio do Minho era um jornal local e uma fonte altamente ligada ao Regime, bem como à Assembleia Nacional, o que permite perceber a importância das obras públicas do Estado Novo no poder local, nomeadamente em Braga.

Perante isto, foi realizada uma pesquisa de carácter exploratório. Sendo o universo de notícias analisado bastante diversificado, procedeu-se à seleção das notícias definidas em função do universo documental.

A fonte mantem as mesmas características e conteúdos ao longo do período em estudo, com a mesma configuração, páginas, notícias na capa e temas em destaque. Somente alteram os diretores e editores.

4.Obras de restauro no distrito de Braga

Importa definir o conceito de património histórico, que é interpretado como "uma referência do passado e pertence a uma comunidade, sendo o reflexo da sua história" (GIL, 2006: 31). Perante isto, os monumentos identificados neste estudo enquadram-se nesta forma de entender património histórico-cultural.

Através da DGEMN, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, organismo criado em 1920, foram restaurados diversos monumentos "onde se destacam os momentos de triunfo da Nação, ancestral de oito séculos" (NETO, 1999: 132), exaltando desta forma os valores nacionais. Os restauros pretendem exaltar momentos de glória da história portuguesa, procurando recuperar a feição primitiva de vários monumentos (2). "As ações praticadas neste período traduziam uma vontade de recuperação dos monumentos nacionais, justificada pelo estado de "abandono" e ruína em que se encontrava algum do património nacional, ficando conhecido, por isso, como era da restauração, expressão celebrizada pelo próprio Salazar" (ALMEIDA, 2012: 35).

Desde que o Estado Novo implementou o programa de obras públicas a nível nacional, o distrito de Braga recebeu vários subsídios para promover várias obras de restauro nos principais

monumentos, como nas citânias de Briteiros e de Lanhoso que receberam cada um, 2500 escudos, como é demonstrado no artigo (**vd. Figura 1.**). Outras localidades do distrito de Braga, como Braga, Guimarães e Fafe, procederam a intervenções em vários edifícios históricos.

Para obras de restauro

Foram concedidos mais 100 contos para obras de restauro em varios monumentos.

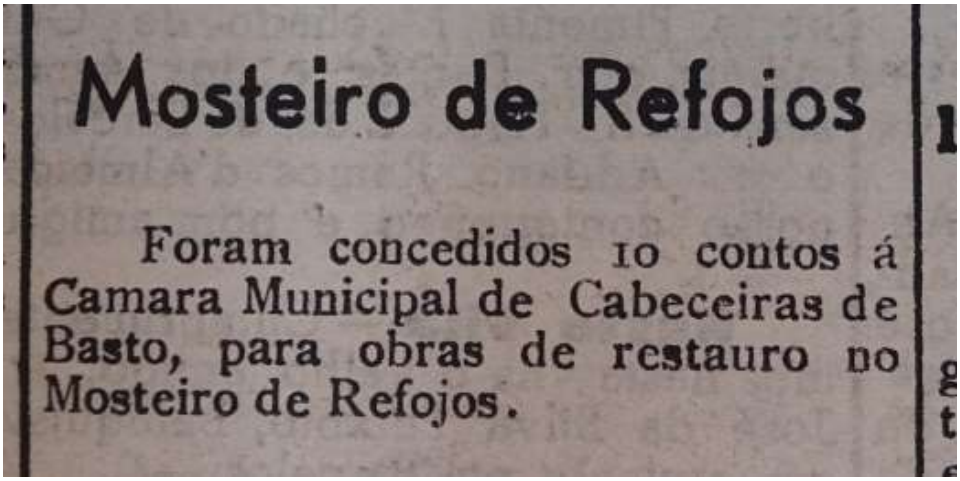
A's citanias de Briteiros, 2 500$; de Lanhoso, 2.500$00; de Caldelas, 1 conto e Aqueduto de Vila do Conde, 7.500$00.

Para os castelos de Portugal, foram tambem concedidos 390 contos, cabendo: ao Castelo de Lindoso, 10.000$00; de Silvares, 10 000$00; de Melgaço, 10 000$00 e de Montalegre, 15.000$00.

Para obras nos diversos Conventos e monumentos nacionais, 210 contos.

Figura 1. Para obras de restauro. **Fonte:** Ano XVII, 1943, 9 de maio, terça-feira, nº 5463, p. 1 (capa)

O programa de obras foi aplicado em vários domínios como no restauro de igrejas, castelos que recuperaram a sua feição medieval, conventos **(vd. Figura 2.)**, entre outros edifícios históricos, como é o caso das obras de restauro da biblioteca pública **(vd. Figura 3.)** e Arquivo Distrital de Braga, que era o antigo Paço Arquiepiscopal e foram dotadas com a verba de 101.728$00. A notícia conclui que "o edifício, que já hoje constitui uma perfeita maravilha, ficará, depois de concluído, a obra mais bela do país, no seu género" (PIPA, 1936: 1).



Mosteiro de Refojos

Foram concedidos 10 contos á Camara Municipal de Cabeceiras de Basto, para obras de restauro no Mosteiro de Refojos.

Figura 2. Mosteiro de Refojos. **Fonte**: Ano XVII, 1943, 6 de junho, domingo, nº 5182, p. 4.

As obras da Biblioteca foram dotadas com mais 101.728$00

As obras de restauro do antigo Paço Arquiepiscopal, onde hoje se encontra instalada a Biblioteca Publica e Arquivo Distrital de Braga, foram agora dotadas com a importante verba de 101.728$00.

Os respectivos trabalhos vão ter pois, uma certa aceleração. No entanto o acabamento destas obras demorará ainda alguns anos, estando orçamentado em 1.300 contos.

O edificio, que já hoje constitue uma perfeita maravilha, ficará, depois de concluido, a obra mais bela do país, no seu género.

Figura 3. Obras da Biblioteca Pública de Braga. **Fonte:** Ano X, 1936, 9 de junho, terça-feira, nº 3036, p. 1 (capa).

Ainda no domínio do restauro de edifícios religiosos, outra notícia tem como título «O Senhor Ministro das Obras Públicas (Engenheiro Duarte Pacheco) visitou ontem as obras de restauro do Paço Episcopal e da Sé e o Bairro Económico» **(vd. Figura 4.)**.

O sr. Ministro das Obras Públicas

visitou ontem as obras de restauro do Paço Episcopal e da Sé e o Bairro Económico

A visita do sr. Engenheiro Duarte Pacheco vai proporcionar a realisação de outros melhoramentos

Ontem ao fim da tarde, visitou, em Braga vários melhoramentos importantes actualmente em curso, o sr. engenheiro Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas.

O ilustre membro do Governo, que era acompanhado pelos srs. engenheiros Alvaro David, Mário Filgueiras e Octávio Filgueiras, e ainda pelo seu secretário, sr. engenheiro Ataide, dirigiu se, logo após a chegada, ao edificio do antigo Paço Episcopal, anexo à Biblioteca e agora em intenso restauro.

No citado edificio era o sr. Ministro das Obras Públicas aguardado pelos srs. dr. Alberto Feio, director da Biblioteca e Arquivo Distri-

DR. DUARTE PACHECO
MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS

tal, deputado sr. dr. Alberto Cruz, dr. Jerónimo Louro e pelos srs. engenheiros Martins Moreira, director das Obras Públicas do Districto, e Mário Viana, que o acompanharam na visita às importantes obras em curso.

O sr. engenheiro Duarte Pacheco manifestou o seu agrado pelo aspecto do formoso edificio restaurado e pelo adiantado das obras, àcêrca de cuja conclusão deu vários alvitres.

Os srs. drs. Alberto Feio e Alberto Cruz. solicitaram do sr. Ministro das Obras Publidas a concessão de verbas para trabalhos de decoração e construção do mobiliário destinado ao edificio, tendo sido as suas deligencias muito bem acolhidas.

Do antigo Paço dirigiu-se o sr. eng. Duarte Pacheco, com as pessoas acima mencionadas, á capela de Nossa Senhora da Glória, na Sé, onde era esperado pelo arquitecto sr. Baltazar de Castro e pelos conegos srs. D. João Novais e Sousa e Aguiar Barreiros, que o acompanharam na sua visita à referida capela e depois a toda a catedral. Aqui, tambem o sr. eng. Duarte Pacheco formulou vários alvitres, sem desdouro do seu contentamento pela forma como as obras estão a decorrer.

Na parte exterior, visitou o sr. Ministro das Obras Públicas, com a comitiva, a face da Porta do Sol e o Largo do Rocio, tendo decidido ordenar a demolição de um pequeno prédio do citado Largo, ha muito deshabitado, e de uma parte do edificio do antigo Café 14. O sr. engenheiro Duarte Pacheco manifestou tambem o desejo de que fossem levados ao alinhamento, com novas frontarias, os prédios da R. Mártires da Republica que faziam parte da antiga e tortuosa R. do Poço.

Por último o ilustre titular dirigiu-se ao bairro das Casas Económicas, que tambem visitou, na companhia das pessoas atraz referidas e do sr. Dr. Araujo Malheiro, Presidente da Câmara, que se lhes reuniu no Largo da Senhora á Branca.

No decorrer da visita, os srs. drs Alberto Cruz e Araujo Malheiro instaram pela concessão de subsidios para a pavimentação da Avenida Dr. Porfirio da Silva, que liga o bairro com a cidade, avenida que por ocasião das chuvas fica quási intransitável.

O pedido foi tomado em consideração.

* * *

Eram 21 horas quando a visita terminou.

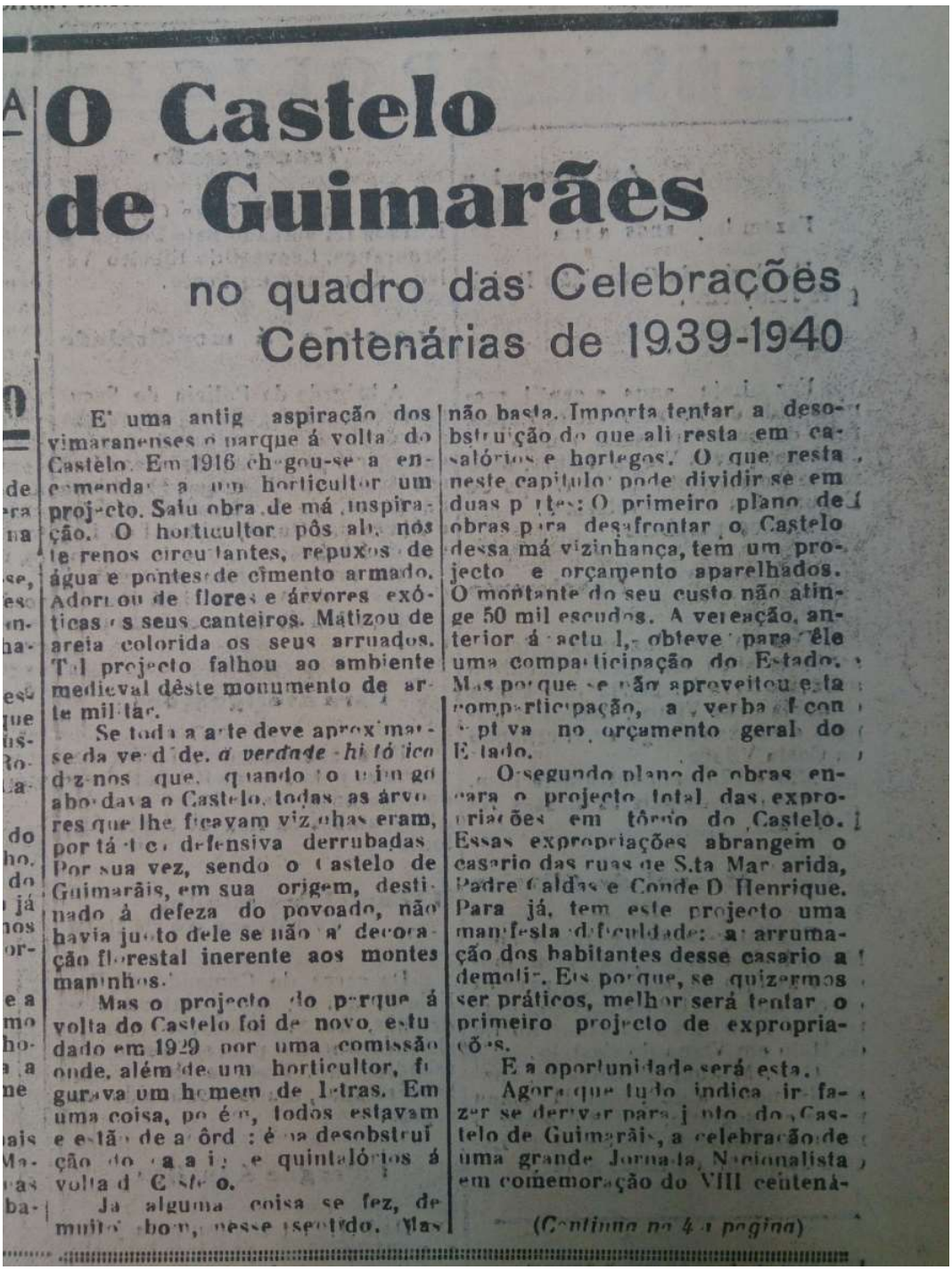
O sr. engenheiro Duarte Pacheco, que na troca de impressões com as individualidades que o acompanhavam fez reparos quanto à pavimentação de algumas das nossas ruas, não ocultou a impressão agradavel que lhe deixaram as obras visitadas.

O ilustre membro do Govêrno, concluidas as visitas, seguiu para

A guerra

Figura 2. Visita do Ministro das Obras Públicas. **Fonte**: Ano XIV, 1940, 24 de maio, sexta-feira, nº 4252, p. 1 (capa)

Inserido no Plano dos Centenários, que comemorava o duplo centenário da Fundação de Portugal em 1140 e a Restauração da Independência em 1640, o castelo de Guimarães, símbolo da Nação **(vd. Figura 5.)** foi alvo de restauro.



O Castelo de Guimarães

no quadro das Celebrações Centenárias de 1939-1940

E' uma antiga aspiração dos vimaranenses o parque á volta do Castelo. Em 1916 chegou-se a encomendar a um horticultor um projecto. Saiu obra de má inspiração. O horticultor pôs ali, nos terrenos circunstantes, repuxos de água e pontes de cimento armado. Adornou de flores e árvores exóticas os seus canteiros. Matizou de areia colorida os seus arruados. Tal projecto falhou ao ambiente medieval dêste monumento de arte militar.

Se toda a arte deve aproximar-se da verdade, *a verdade histórica* diz-nos que, quando o peregrino abordava o Castelo, todas as árvores que lhe ficavam vizinhas eram, por táctica defensiva derrubadas. Por sua vez, sendo o Castelo de Guimarãis, em sua origem, destinado á defeza do povoado, não havia justo dele se não a' decoração florestal inerente aos montes maninhos.

Mas o projecto do parque á volta do Castelo foi de novo estudado em 1929 por uma comissão onde, além de um horticultor, figurava um homem de letras. Em uma coisa, pois, todos estavam e estão de acôrdo: é na desobstrução do casario e quintalórios á volta do Castelo.

Já alguma coisa se fez, de muito bom, nesse sentido. Mas não basta. Importa tentar a desobstrução do que ali resta em casalórios e hortegos. O que resta neste capítulo pode dividir-se em duas partes: O primeiro plano de obras para desafrontar o Castelo dessa má vizinhança, tem um projecto e orçamento aparelhados. O montante do seu custo não atinge 50 mil escudos. A vereação, anterior á actual, obteve para êle uma comparticipação do Estado. Mas porque se não aproveitou esta comparticipação, a verba está consignada no orçamento geral do Estado.

O segundo plano de obras engrana o projecto total das expropriações em tôrno do Castelo. Essas expropriações abrangem o casario das ruas de S.ta Margarida, Padre Caldas e Conde D. Henrique. Para já, tem este projecto uma manifesta dificuldade: a arrumação dos habitantes desse casario a demolir. Eis porque, se quizermos ser práticos, melhor será tentar o primeiro projecto de expropriações.

E a oportunidade será esta.

Agora que tudo indica ir fazer-se derivar para junto do Castelo de Guimarãis, a celebração de uma grande Jornada Nacionalista em comemoração do VIII centená-

(Continua na 4.ª página)

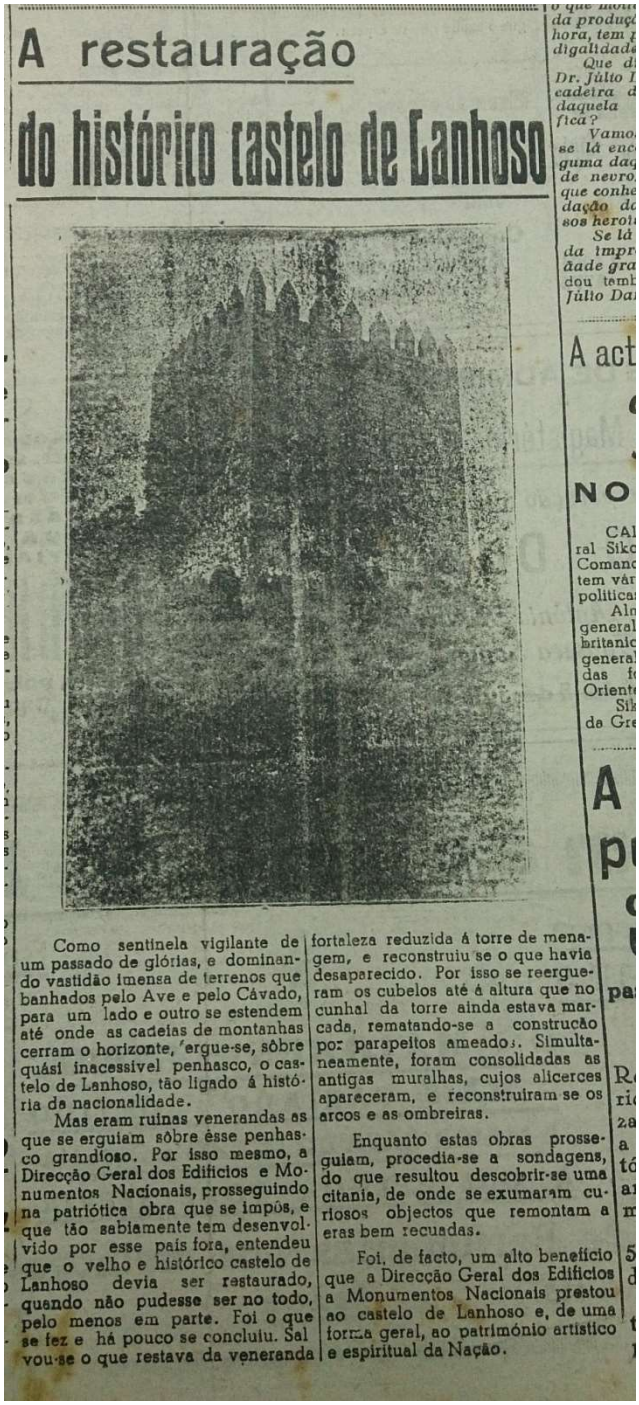
Figura 3. O castelo de Guimarães. **Fonte**: Ano XII, 1938, 14 de abril, quinta-feira, nº3604, p. 1 (capa)

O Castelo de Guimarães sofreu algumas alterações posteriores, porém o restauro da DGEMN em 1937, retirou todos os acrescentos modernos, uma vez que pretendia devolver ao castelo a estrutura original, neste caso, a feição gótica.

Ao mesmo tempo, o Paço dos Duques também foi reedificado e restaurado entre 1937 e 1959, sendo este restauro alvo de controvérsia devido às modificações que o edifício sofreu. A 4 de

Junho de 1940, após as obras de restauro, o castelo é inaugurado, por ocasião da comemoração dos Centenários.

O restauro do castelo da Póvoa de Lanhoso **(vd. Figura 6).**, que incluiu trabalhos de prospeção arqueológica, teve início em 1938 e a notícia refere que "(…) a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, prosseguindo na patriótica obra que se impôs, e que tão sabiamente tem desenvolvido por esse país fora, entendeu que o velho e histórico castelo de Lanhoso devia ser restaurado, quando não pudesse ser no todo, pelo menos em parte. Foi o que se fez e há pouco se concluiu. (…) Foi, de facto, um alto benefício que a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais prestou ao castelo de Lanhoso e, de uma forma geral, ao património artístico e espiritual da Nação (…)" (PIPA, 1943: 1).



A restauração

do histórico castelo de Lanhoso

Como sentinela vigilante de um passado de glórias, e dominando vastidão imensa de terrenos que banhados pelo Ave e pelo Cávado, para um lado e outro se estendem até onde as cadeias de montanhas cerram o horizonte, ergue-se, sôbre quási inacessivel penhasco, o castelo de Lanhoso, tão ligado á história da nacionalidade.

Mas eram ruinas venerandas as que se erguiam sôbre êsse penhasco grandioso. Por isso mesmo, a Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais, prosseguindo na patriótica obra que se impôs, e que tão sabiamente tem desenvolvido por esse país fora, entendeu que o velho e histórico castelo de Lanhoso devia ser restaurado, quando não pudesse ser no todo, pelo menos em parte. Foi o que se fez e há pouco se concluiu. Salvou-se o que restava da veneranda fortaleza reduzida á torre de menagem, e reconstruiu-se o que havia desaparecido. Por isso se reergueram os cubelos até á altura que no cunhal da torre ainda estava marcada, rematando-se a construção por parapeitos ameados. Simultaneamente, foram consolidadas as antigas muralhas, cujos alicerces apareceram, e reconstruiram-se os arcos e as ombreiras.

Enquanto estas obras prosseguiam, procedia-se a sondagens, do que resultou descobrir-se uma cisterna, de onde se exumaram curiosos objectos que remontam a eras bem recuadas.

Foi, de facto, um alto benefício que a Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais prestou ao castelo de Lanhoso e, de uma forma geral, ao património artistico e espiritual da Nação.

Figura 4. Restauro do Castelo da Póvoa de Lanhoso. **Fonte**: Ano XVII, 1943, 1 de julho, quinta-feira, nº 5202, p. 1 (capa)

A igreja românica foi construída no século XIII. Sofreu intervenções no âmbito do programa de restauros promovidos pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, cuja obra realizada "(…) que veio mostrar mais uma vez, a atenção desvelada do Estado Novo pelo nosso património artístico, espiritual, desprezado durante largos anos por aqueles que se diziam pessoas de Pensamento, de Arte e de Ciência (…)" (PIPA, 1935: 1), como é referido na notícia **(vd. Figura 7.).** A igreja foi reaberta ao culto em 1935.

tusiasticos vivas e vibrantes palmas e saudado com o hino do Pre-

FOI ABERTA AO PÚBLICO ONTEM

a Igreja de Arões

agora restaurada pelo ESTADO NOVO

Foi ontem reaberta ao culto, com uma festa brilhantissimo, a igreja paroquial de Arões, concelho de Fafe, que é um dos mais belos exemplares romanicos, existentes no norte, agora restaurada pelo Estado Novo.

Da parte de manhã houve diversas solenidades religiosas e à tarde, uma sessão solene a que presidiu o ilustre governador civil, sr. capitão Lucínio Preza.

Como o espaço de que hoje dispomos não nos permite ir mais longe, amanhã daremos a noticia desenvolvida que o facto requer, fazemos desde já, no entanto, a importancia da obra realizada, que veiu mostrar mais uma vez, a atenção desvelada do Estado Novo pelo nosso patrimonio artistico, espiritual, desprezado durante largos anos por aqueles que se diziam pessoas de Pensamento, de Arte e de Ciência.

Figura 5. Abertura da igreja de Arões em Fafe após as obras de restauro. **Fonte**: Ano IX, 1935, 16 de agosto, sexta-feira, nº 2787, p. 1 (capa).

Desta forma, através das obras de restauro, Salazar procura "(…) legitimar e arvorar o Governo, tirando partido de uma série de associações históricas, em que os momentos de glória nacional são evocados e integrados na construção (...)" (PINTO, 2008: 22).

5. Conclusão

A política de obras públicas rapidamente se transformou num dos símbolos da administração do Regime, daí poder afirmar-se que este programa assentou numa perspetiva ideológica, que sintetizava alicerces políticos, religiosos e morais. Sem dúvida que o programa de obras públicas constituiu um sucesso para o Estado. Em Braga, a intervenção da DGEMN é exemplar pelos motivos anteriormente referidos.

É notório que os artigos vinculam notícias propagandísticas de forma a enaltecer o Regime.

Pode afirmar-se que a política de obras públicas do Regime possuía um triplo objetivo: o desenvolvimento do país de uma forma integrada e territorial, expressar a imagem do poder político salazarista e principalmente valorizar o património histórico. As próprias notícias que dão ênfase ás notícias dos restauros promovidas pelo Estado Novo surgem na capa do Correio do Minho.

Em suma, esta política de infraestruturas adotada pelo Estado Novo só foi "possível graças ao sucesso da política de estabilização financeira e monetária" (SERRÃO; MARQUES, 1990: 317).

Salazar tinha consciência que o país bem como as classes médias estavam a desenvolver-se, daí apostar num ambicioso programa de restauros de monumentos, inserido no fomento das obras públicas, sendo esta situação veiculada de forma privilegiada pelos artigos existentes no Correio do Minho.

NOTAS

(1) Lei nº 1914 de 24 de maio de 1935.

(2) Como refere Luís Vasconcelos "Deste modo, valorizam-se as construções da Idade Média e o significado do que representam, nas quais são incluídas as respeitantes à época manuelina (porque nestas se encontra uma arte verdadeiramente portuguesa), em detrimento daquelas que correspondem a momentos menos heroicos da história portuguesa (como as décadas de domínio espanhol), a outros de degradação nacional e ainda aos demasiado recentes (…)." (VASCONCELOS, 2011: 245).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ana Sofia Fernandes – **Intervenção Contemporânea nos Castelos de Portugal: dois casos de estudo, São Jorge e Pombal**. 2012. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Acessível na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

ALMEIDA, Antónia Domingues [et al.] – **Dicionário Breve de História**. Lisboa: Presença, 1996.

BAPTISTA, Marta Raquel Pinto – **Arquitectura como instrumento na construção de uma imagem do Estado Novo**. 2008. Tese de Licenciatura em Arquitetura. Acessível na Faculdade de Ciências e Tecnologia. Coimbra: Universidade de Coimbra.

FALCÃO, Lídia Joana Martins – **Barrocal do Douro: cidade ideal vs aldeia actual. Coimbra: Universidade de Coimbra**. 2009. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Acessível na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

GIL, Amalia Pérez-Juez – **Gestión del Patrimonio Arqueológico**: **el yacimiento como recurso turístico**. 1ª e. Barcelona: Ariel, 2006.

GOMES, Joaquim da Silva - **Galeria dos Presidentes da Câmara Municipal de Braga: 1836-2006**. Braga: CMB, 2006.

LAINS, Pedro; MIRANDA; Susana Münch; COSTA, Leonor Freire – **História Económica de Portugal: 1143-2010**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

LAINS, Pedro e Silva, Álvaro Ferreira – **História Económica de Portugal 1700-2000: o século XX**, vol. 3, 2ª edição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MARQUES, António Henrique de Oliveira – **História de Portugal Contemporâneo: economia e sociedade**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

MARTINS, Rita Maria Machado – **João de Moura Coutinho de Almeida d´Eça (1872-1954): Arquitectura e Urbanismo**, 2010. Tese de Mestrado em História da Arte Portuguesa. Acessível na Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

MEDINA, João – **Salazar, Hitler e Franco: Estudos sobre Salazar e a Ditadura**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

NETO, Maria João Baptista – Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade do tempo. In **Memoriam**. Porto: vol. II, (1999), p. 131-141.

NUNES, Ana Bela; BRITO, José Maria Brandão de – Política Económica, Industrialização e Crescimento. In **Nova História de Portugal- Portugal e o Estado Novo (1930-1960).** Lisboa: Presença, 1992. Vol. XII.

NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno – A Lei de Reconstituição Económica e a sua execução: um exemplo dos projectos e realizações da política económica do Estado Novo**. In Estudos de Economia**. Vol. III, (1983), p. 331-359.

PINTO, Marta Raquel **– Arquitectura como instrumento na construção de uma imagem do Estado Novo. Coimbra**. 2008. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Acessível na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

PIMENTEL, Irene Flunser **–** A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. In **Análise Social**. Vol. XXXIV, (1999), p. 151-152.

VASCONCELOS, Luís Miguel Maldonado – **Castelos em Portugal: retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]**. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

VIEIRA, Joaquim – **Portugal Século XX: 1930-1940**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

FONTES IMPRESSAS

PIPA, Álvaro (Diretor) - Para Obras de Restauro. Correio do Minho. Braga. 5463. (9 Mai. 1943).

PIPA, Álvaro (Diretor) - As obras da biblioteca foram dotadas com mais 101.728$00. Correio do Minho. Braga. 3036. (9 Jun. 1936).

PIPA, Álvaro (Diretor) - Mosteiro de Refojos. Correio do Minho. Braga. 5182. (6 Jun, 1943).

PIPA, Álvaro (Diretor) - A restauração do histórico castelo de Lanhoso. Correio do Minho. Braga. 5202. (1 Jul, 1943).

PIPA, Álvaro (Diretor) - Foi aberta ao público ontem a igreja de Arões agora restaurada pelo Estado Novo. Correio do Minho. Braga. 2787. (16 Ago, 1935).

PIPA, Álvaro (Diretor) - O castelo de Guimarães no quadro das celebrações Centenárias de 1939-1940. Correio do Minho. Braga. 3604. (14 Abr, 1938).

PIPA, Álvaro (Diretor) - O Senhor Ministro das Obras Públicas visitou ontem as obras de restauro do Paço Episcopal e da Sé e o Bairro Económico. Correio do Minho. Braga. 4252. (24 Mai, 1940).